



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680535 - SP (2021/0221322-2)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : ADRIANA ALVES LISBOA DINI
ADVOGADO : ADRIANA ALVES LISBÔA DINI - SP136369
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUAN CAMARGO DOS SANTOS (PRESO)
CORRÉU : CASSIA APARECIDA PEREIRA DE MEDEIROS
CORRÉU : PRISCILA PRUDENTE DE MEDEIROS
CORRÉU : GERUSA PRUDENTE DE MEDEIROS
CORRÉU : ROSANGELA CAMARGO DOS SANTOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUAN CAMARGO DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Processo n. 2149415-91.2021.8.26.0000).

O paciente foi condenado à pena de 8 anos de reclusão no regime inicial fechado por infringir o disposto no art. 288, *caput*, e art. 273, § 1º, parte B, V, ambos do Código Penal e 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

A impetrante sustenta que motivação inidônea e genérica da decisão que vedou o direito do paciente recorrer em liberdade. Afirma que "em que pese o incremento das justificativas a respeito da suposta gravidade dos crimes imputados, o que é fulcral permanece: não há sequer um fundamento de natureza cautelar" (fl. 6).

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva do paciente ou substituída por medidas cautelares diversas da prisão (art. 319 do CPP), determinando-se a expedição do competente alvará de soltura. No mérito, pugna pela confirmação da medida em definitivo e a determinação de que responda o processo em liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, *c/c* o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente